



1984: a transposição do campo político da linguagem e poder simbólico em Orwell

Maurício Brugnaro Júnior¹

RESUMO: O estudo foca na análise sociológica sobre como o campo da linguagem encontra congruências e extensões no campo político da realidade, na obra literária *1984*, de George Orwell. Para isso são debatidos: a configuração do *poder simbólico* no campo da linguagem e no campo político; a internalização de um *habitus*, e a coletividade na obra. A pesquisa possui caráter bibliográfico, faz uso de livros e artigos que debatem a reificação racionalizada na sociedade, a formação do indivíduo, do poder simbólico e de um *habitus* para a análise do campo da linguagem em *1984*. A exploração expõe um *modus operandi* típico de sistemas autoritários, porém também localiza a relação que pode romper com tal sistema. A investigação busca encorpar a análise da literatura como ferramenta de análise social. Não busca limitar ou encerrar o debate, mas tem o propósito de fornecer resultados para os fenômenos sociais que se fazem contemporâneos, a partir do campo da sociologia e da arte.

PALAVRAS-CHAVE: 1984; George Orwell; Campo político; *Habitus*; Sociologia da arte.

1984: the transposition of political field of language and symbolic power in Orwell

ABSTRACT: The study focuses on the sociological analysis of how the field of language finds congruences and extensions in the political field of reality, in the literary work *1984*, by George Orwell. For this, the following are debated: the configuration of the *symbolic power* in field of language and in the political field; the internalization of a *habitus*, and the collectivity in the work. The research has a bibliographic character, makes use of books and articles that debate the rationalized reification in society, the formation of the individual, of and symbolic power and a *habitus* for the analysis of the field of language in *1984*. The exploration exposes a *modus operandi* typical of authoritarian systems, however it also locates the relationship that can break with such system. The investigation seeks to embody the literature analysis as a social analysis tool. It does not seek to limit or close the debate, but it aims to provide results for social phenomena that are made contemporary, from the field of sociology and art.

KEYWORDS: 1984; George Orwell; Political field; *Habitus*; Sociology of art.

¹ Graduando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com ênfase em Sociologia. Membro do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL/Unicamp). Pesquisador-associado do Núcleo Práxis de pesquisa, educação popular e política/Universidade de São Paulo (USP).

COMO CITAR: JÚNIOR, Maurício Brugnaro. "1984: a transposição do campo político da linguagem e poder simbólico em Orwell". In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 82-98.

“Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.” -Vygotsky
“As patrulhas, contudo, não eram um problema. O único problema era a polícia das ideias.” - George Orwell

Introdução

A obra *1984* (1949, 2020), de George Orwell (1903-1950), é densa e possui muitas extensões e correspondências com a sociedade real. Dada a ampla variedade de temas e possibilidades de pesquisa que o livro pode fornecer, o estudo busca compreender um aspecto que permeia a narrativa – numa macro visão – em cada domínio e cenário que é apresentado, desde as atitudes tomadas até o sistema vigente hegemônico: o campo e as aplicações da linguagem como instrumento dotado de poder simbólico para o uso político.

A análise ocorre sob três eixos que, por vezes, se encontram juntos: a) a dominação política através do poder simbólico; b) o *habitus* inserido através da comunicação (campo da linguagem); e c) a compreensão dialética do processo interpretativo da obra através do contexto externo e de sua estruturação interna. Esses três eixos são mediados pelo campo da linguagem e pela figura do autor como condição prévia – entendida como já estabelecida – das relações de comunicação da teoria literária crítica. Segundo Antônio Candido (1918-2017), em *Literatura e sociedade* (1995, 2006):

quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, ideias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora (nos termos de Lukács, se apenas possibilita a realização do valor estético); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (nos termos de Lukács, se é determinante do valor estético) (CANDIDO, 2006, p. 14-15).

Dentro do estudo proposto, a análise sociológica será correlacionada com a crítica literária, buscando averiguar fatores da organização interna da obra em si, enquanto valor artístico, concomitantemente ao fator social da sociedade fictícia e, tendo como estrutura já estabilizada, os fatores sociais externos à obra, ou seja, a realidade enquanto representação de instrumentos e esquemas sociais externos.

Procura-se situar, primeiramente, com intuito de evitar possíveis equívocos, a figura de Orwell relacionada ao contexto social que vivia e como a obra *1984* foi concebida. Portanto, é preciso compreender seu posicionamento no campo político enquanto produtor literário e, com isso, buscar entender como sua crítica ao autoritarismo² vai além da dicotomia “esquerda-direita”, da qual costumam se apropriar oportunamente. Ao analisar a obra, nota-se que, a partir do referencial teórico selecionado, a reificação do ser, a previsibilidade e a calculabilidade são características dos regimes modernos. E podem ser compreendidos como típicos do século XX o fascismo, o comunismo ou mesmo, no sentido empregado de anulação da individualidade, o capitalismo.

Em seguida, compreende-se o campo da linguagem como campo de poder simbólico dentro da obra, isto é, como o partido hegemônico do Grande Irmão exerce parte de seu domínio, pois o domínio do idioma falado, dos documentos, da escrita, da memória e da cultura é fundamental para o pleno exercício do poder autoritário. Nessa seção, portanto, busca-se evidenciar que a palavra é um microcosmo social e que a interiorização de uma linguagem se torna parte da estrutura, ao mesmo tempo que é estruturante nos decorrentes movimentos sociais. Podendo gerar, a depender de cada situação e suas particularidades, uma forma de dominação através das relações de comunicação – relações sociais –, como é no caso do sistema político descrito no livro.

Então, chega-se à seção sobre a coletividade. Esta é definida como o elemento central de disputa, visto que tanto a oposição quanto a hegemonia do Partido passam pela coletividade, seja para a formação de uma rede de sociabilidade capaz de resistir à ideologia dominante ou para quebrar sua individualidade e obter consequente dominação. Também nesta seção é apresentado como o autor observa os mecanismos de dominação e quais implicações coercitivas acabam ocorrendo com os indivíduos.

Em suma, o estudo foca no aspecto da linguagem como um dos fatores determinantes na sociedade, interagindo com diversos campos – aqui focando no campo político –, principalmente em recortes autoritários. Para Erich Fromm (1900-1980), ao final do primeiro apêndice de *1984*, “livros como o de Orwell são advertências poderosas, e seria

²Autoritarismo compreendido, aqui, como a expressão mínima ou nula da oposição e da autonomia dos subsistemas políticos, como ideologia autoritária que nega “de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico.” (STOPPINO, 1998, p. 94).

lamentável se o leitor, de modo autocomplacente, interpretasse *1984* como mais uma descrição da barbárie stalinista, sem perceber que o livro se refere também a nós” (2009, p. 379). Sendo assim, cabe nortear o estudo a seguir através da seguinte questão: por que *1984*, embora dotado de historicidade e de formação de estruturação social externa e interna, é ainda amplo nos diversos sentidos políticos e da linguagem? E, para além de sua atualidade contínua, como se estruturam os processos sociais em que ocorrem a dominação ou a revolução dentro da obra?

George Orwell e sua última obra

Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, nasceu no norte da Índia, em Motihari, uma pequena cidade de Bengala. Trabalhou como oficial júnior na Polícia Imperial Indiana, na Birmânia. Embora recebesse bem, ele decidiu abandonar a polícia por volta de 1927, pois escolheu ser escritor. Em 1933 publicou seu primeiro livro, adotando, por fim, o pseudônimo com o qual o conhecemos hoje, que foi um dos nomes por ele utilizado no período em que vagabundeava pela Inglaterra. *1984* começou a ser escrito em 1948 e foi publicado no ano seguinte. O contexto no qual se situa é o do pós-guerra, com polarização ideológica global e distorções de regimes político-sociais.

A obra é um romance distópico ambientado a nível internacional, em um mundo de guerra contínua entre três grandes continentes: Oceania, Lestásia e Eurásia; e, a nível internacional, em uma província do Estado da Oceania, regida pelas regras do Partido do Grande Irmão. Para a manutenção da harmonia interna, há a presença de Ministérios específicos para cada domínio social (presença abordada na seção Campo da linguagem como campo de poder).

A narrativa acompanha o cotidiano de Winston Smith, que, dentro de sua rotina vigiada pelo partido, segue com a tarefa de falsificar dados passados, manipulando, assim, a memória e a história dos dominados pelo governo. Ao longo do livro, o protagonista se relaciona com Júlia, uma mulher militante do partido – como todos devem ser, de acordo com a política vigente na obra – que possui, secretamente, um modo de viver em contradição com tais pressupostos. Aparecem

também O'Brien, um agente do sistema fiel ao governo, que faz uso de diversas narrativas e manipulações para manter a ordem, e o Grande Irmão, figuração simbólica do poder e extensão do partido. Isso para nos limitarmos somente aos personagens que possuem certa continuidade e relevância na narrativa.

Quanto à recepção pública, no ano do seu lançamento (1949), o jornal britânico *The Guardian* publicou artigo de um de seus colunistas no qual ele afirmava, em determinado momento, que "a história é construída e contada brilhantemente"³. Ele também recebeu elogios e comparações de Aldous Huxley (1894-1963), autor de *Admirável mundo novo* (1932): "o pesadelo de *Mil novecentos e oitenta e quatro* está destinado a modular no pesadelo das percepções críticas um mundo com mais semelhanças com o que imaginei em *Admirável mundo novo*"⁴.

Antes de prosseguir, cabe definir que é um livro amplo, o qual vai além do maniqueísmo político-ideológico do contexto da época e do rumo que o mundo tomaria a seguir. Uma leitura tendenciosa e oportunista, desprovida de qualquer intenção propositiva, ou mesmo de reflexão analítica, certamente cairia por defender a tese de Orwell como anticomunista, o que ocorreu após sua publicação, muito por conta da imposição da Doutrina Truman, nos Estados Unidos, a qual acarretou, além de um erro, uma perda inestimável da qualidade e do conteúdo da obra. O autor era um militante de esquerda, que foi capaz de criticar a esquerda de dentro, pois em 1937 fora à Espanha para lutar contra o regime fascista de Franco – este simpático ao nazismo – e aprendeu a distinguir entre o antifascismo falso e o real. Segundo Thomas Pynchon, no terceiro apêndice do livro:

'A guerra espanhola e outro eventos', escreveu dez anos mais tarde, fizeram a balança pender, e depois eu sabia onde estava. Cada linha de trabalho sério que redigi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, contra o totalitarismo⁵ e a favor do socialismo democrático, tal como o conheço. (ORWELL, 2009, p. 397).

O autor critica fortemente o regime stalinista e o rumo que o socialismo tomou nas mãos deste, seja na figura de bigode escuro do Grande Irmão, nos ideais distorcidos de liberdade, entre outros, que mais se assemelham ao fascismo, podendo ser aproximado de um fascismo de esquerda. Porém, a crítica não se limita à esquerda

³ Tradução livre para o português de: "The story is brilliantly constructed and told".

⁴ Ver SAUNDER, Loraine. George Orwell's critical reception. Disponível em: <https://www.salempress.com/Media/SalemPress/samples/Orwell%20Sample.pdf>

⁵ Totalitarismo, segundo Hannah Arendt, como uma forma de destruição dos "próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu" (STOPPINO, 1998, p.1248). E também monopolizando "a atividade política, uma ideologia que anima o partido e se torna verdade oficial do Estado, e, através dos controles totalitários sobre a sociedade, uma politização de todos os erros ou os insucessos dos indivíduos e, portanto, a instauração de um terror ao mesmo tempo policiesco e ideológico" (*ibid.*, p. 1250). "A ideologia totalitária dá uma explicação indiscutível do curso histórico, uma crítica radical da situação existente e uma orientação para a sua transformação também radical" (*ibid.*, p. 1258).

distorcida que a União Soviética se configura, pois outro fator de destaque é o caráter extremamente técnico e mecânico dos membros do partido, retirando totalmente sua individualidade, fato que, como se pode notar no decorrer da história contemporânea, foi a chave produtiva do sistema capitalista. Para explicar essa ideia, é necessário compreender três pensamentos complementares, por mais diversas que sejam suas épocas, mas que são cumulativos e aqui serão expostos de maneira linear quanto ao tempo histórico, ambos fundamentados na análise social que acabaria por ter o sistema capitalista como dominante.

Primeiro, Karl Marx esclarece a perda do caráter qualitativo das relações sociais e de produção. Ele explica que

[com] a subordinação do homem à máquina, os homens acabam sendo apagados pelo trabalho, o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas [...] O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, é a personificação do tempo (MARX MEW 4, *Elend der philosophie*, p.85, apud LUKÁCS, 2003, p. 204-205).

Segundo, Max Weber propõe, ao elaborar a teoria da dominação com ênfase na dominação racional, típica da modernidade,

[que] é, segundo toda a experiência, a forma formalmente *mais racional* de exercício de dominação em todos esses sentidos: em termos de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade – portanto: *calculabilidade* tanto para o senhor quanto para os demais interessados, *intensidade e extensibilidade do desempenho*, aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas, realizável em grau máximo de desempenho de maneira puramente *técnica* (WEBER, 1991, p. 144-146, grifos meus).

E, terceiro, Lukács diz

[que] com o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho [...] descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma *eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador*. (MARX MEW 4, *Elend der philosophie*, p.85 apud LUKÁCS, 2003, p. 201, grifo meu).

Tais características das análises sociais corroboram com o decorrer do século XX, desde o início, e também durante suas transformações até a hegemonia capitalista. Na obra, período o qual ainda não havia se tornado hegemônico, mas que assumiria o caráter

mecanizado previsto, ou melhor, previamente calculado. Orwell, como ativista do espectro político da esquerda, soube reconhecer os erros que a própria esquerda assumiu, causando assim mais uma subdivisão. Por esta motivação, a crítica é bem mais ampla do que uma leitura simplista poderia aparentar. Assim, Orwell se mostra um crítico do autoritarismo, tanto no fascismo e no nazismo, como no stalinismo, e também do futuro que em breve chegaria, tendo o capitalismo como forma hegemônica. Orwell não era vidente ou algo do tipo, mas suas vivências, análises sociais e prospectivas através da literatura foram, sem dúvida, atrás das motivações que o poder e a dominação no campo político poderiam assumir.

Além disso, relata o próprio autor em carta à Francis A. Henson, em 16 de junho de 1949:

Meu romance recente NÃO pretende ser um ataque ao socialismo ou ao Partido Trabalhista Britânico (do qual sou um defensor), mas como uma demonstração das perversões às quais uma economia centralizada está sujeita e que já foram parcialmente realizadas em Comunismo e Fascismo. Não acredito que o tipo de sociedade que descrevi necessariamente venha, mas acredito (admitindo, é claro, o fato de que o livro é uma sátira) que algo parecido com ele *poderia* chegar. Acredito também que as ideias totalitárias se enraizaram nas mentes dos intelectuais em todos os lugares, e tentei levar essas ideias às suas consequências lógicas. O cenário do livro é colocado na Grã-Bretanha, a fim de enfatizar que as raças de língua inglesa não são inatamente melhores do que ninguém e que o totalitarismo, *se não combatido*, poderia triunfar em qualquer lugar. (ORWELL, 1968, p. 502, tradução nossa)⁶.

Os condicionantes sociais externos expostos acima são levados para o interior da obra: a “imigração das ideias”, que impõem “com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito” (BOURDIEU, 2006, p. 7). Isto é, os referenciais sociais empíricos da época e do autor – externos, portanto – estão presentes e são transpostos para o interior do livro.

Por se tratar de uma obra literária – isto é, inserida no campo da arte, com impacto e relevância social –, encontra-se um sistema simbólico de comunicação inter-humana, havendo o autor, comunicador; uma obra, mensagem; e o público comunicando. Antônio Candido cita a análise sociológica dos três elementos para compor uma

⁶“My recent novel is NOT intended as an attack on Socialism or on the British Labour Party (of which I am a supporter) but as a show-up of the perversions to which a centralized economy is liable and which have already been partly realized in Communism and Fascism. I do not believe that the kind of society I described necessarily *will* arrive, but I believe (allowing of course for the fact that the book is a satire) that something resembling it *could* arrive. I believe also that totalitarian ideas have taken root in the minds of intellectuals everywhere, and I have tried to draw these ideas out to their logical consequences. The scene of the book is laid in Britain in order to emphasise that the English-speaking races are not innately better than anyone else and that totalitarianism, *if not fought against*, could triumph anywhere”. Para compreender melhor sobre a questão da língua inglesa e superioridade proposta por Orwell, ver “Politics and the English Language” em: <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/politics-and-the-english-language/>

tríade indissolúvel (CANDIDO, 2006), buscando, dessa forma, a constelação total do processo artístico aliado ao social. Porém o foco neste artigo seguirá entre a realidade social relacionada à obra, uma vez que será permeada pela visão do autor, já num processo de transposição da análise do social para o interior de *1984*. Ou seja, há a presença ativa dos três elementos propostos por Candido.

Campo da linguagem como campo de poder

Ao longo da obra, fica evidente como a linguagem é um fator importante tanto para a oposição quanto para a hegemonia do sistema autoritário – inclusive tem em apêndice uma seção destinada a compreender “Os princípios da Novafala”. Configurando-se assim a linguagem como um dos elementos centrais de disputa. Afinal, o passado, a cultura, a sobrevivência no presente e as possibilidades de um futuro diferente passam pelo campo da linguagem. E este, por sua vez, configura-se a partir de uma relação social em que ocorra comunicação, abrindo o campo simbólico de significados e de significantes.

Pierre Bourdieu define que os “sistemas simbólicos” somente exercem um poder estruturante como instrumentos de conhecimento e de comunicação porque são estruturados, ou seja, têm um poder de construção da realidade capaz de gerar, por exemplo, uma concepção homogênea do tempo e do espaço (BOURDIEU, 2006). Portanto, as estruturas estruturam e também são estruturadas pelos “sistemas simbólicos”; são dotadas de uma historicidade social, espacial e temporal que, por sua vez, também as estruturam, definindo um modo particular em determinado momento e local, afetando, entre outros campos, o político, pois este ocorre, principalmente, através da comunicação como mediação de interesses e ideias em disputa por diversos agentes sociais. Dessa forma, já se distinguem duas seções que interagem e se complementam, o campo da linguagem e o campo político de uma cultura.

Segundo a teoria histórico-cultural, o indivíduo se constitui enquanto tal não somente devido aos processos de maturação orgânica, mas, principalmente, através de suas interações sociais, a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes. As funções psíquicas humanas estão intimamente vinculadas ao aprendizado, à apropriação (por

intermédio da linguagem) do legado cultural de seu grupo. (REGO, 2000, p. 109).

Dizer que o ser humano é um ser sócio-histórico-cultural é dizer que ele se torna ser humano quando inserido num contexto ou grupo cultural; isto é, as características humanas não surgem ao nascer. Portanto, tais características dependem do convívio social criando condições para o aparecimento da consciência, e esta, então, construindo significados que dão origem a conceitos, os quais são significados partilhados pelo grupo social (MARQUEZAN, 2000, p. 5).

Neste conjunto teórico sobre a formação do sujeito humano, acrescento o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu. Este que se configura como “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2015, p. 191). Dessa forma, a internalização de um *habitus* é o processo de integração do ser humano num determinado grupo cultural, que age como intermediário de comunicação ao mesmo tempo que é usado como instrumento de distinção, sendo a linguagem o elemento que constitui os símbolos e significados compartilhados e apropriados pela cultura do grupo. Assim, a linguagem é ao mesmo tempo um fator produtor da cultura e um produto da internalização de um *habitus*, ambos constituindo, num movimento dialético, o indivíduo inserido com sua individualidade num grupo social que partilha de semelhanças culturais; produto e produtor concomitantemente. Esta reflexão deve estar presente a todo momento durante a compreensão dos conceitos seguintes.

Como esperado, a linguagem não é um campo isolado ou autônomo, pelo contrário, está em constante contato com outros campos, naturalmente. Dessa forma, o campo político é afetado pelo arcabouço que a linguagem comporta, implicando, no todo social, as decisões e o sistema vigente. Pois as relações de comunicação são relações de poder que dependem de outros poderes - materiais ou simbólicos, acumulados pelos agentes envolvidos nessas relações (BOURDIEU, 2006, p. 11).

Na sociedade distópica de *1984*, uma das principais funções apresentadas diversas vezes ao longo do livro é a alteração do idioma corrente na sociedade por meio de atualizações nos dicionários oficiais.

É a linguagem falada pelo núcleo do Partido, a linguagem falada entre os membros comuns do Partido e pelos proletas – esses últimos ficando à margem da legitimidade social. Em determinada passagem, numa conversa cotidiana entre funcionários, surge o assunto da nova versão do Dicionário de Novafala:

a impressão de que você acha que nossa principal missão é inventar palavras novas. Nada disso! Estamos destruindo palavras – dezenas de palavras, centenas de palavras todos os dias. Estamos reduzindo a língua ao osso (ORWELL, 2009, p. 67).

E logo adiante, “a revolução estará completa quando a linguagem for perfeita” (*ibid.*, p. 69). Compreende-se, assim, como Orwell percebia a importância da linguagem, em suas mais diversas aplicações, como um fator de dominação. Pois, no caso de um sistema autoritário (*Socing*, fascismo, stalinismo, capitalismo em sua hegemonia, etc.), destruir palavras, reduzi-las, entender esse modelo como perfeito, finalizado, é caminhar na contramão da pluralidade social que compõe uma sociedade, é desconsiderar uma gama de sujeitos dotados de individualidades, é não defender um sistema de ordem democrática. Além de ser a internalização de um *habitus* que suprime ao máximo o indivíduo em sua construção histórico-cultural, é também a construção e prática de uma violência simbólica através da linguagem no campo político. Em suma, é uma forma de pulverizar e exercer a necropolítica no plano social – e tudo que este abrange. “A Novafala foi concebida não para ampliar, e sim restringir os limites do pensamento, e a redução a um mínimo do estoque de palavras disponíveis era uma maneira indireta de atingir esse propósito” (*ibid.*, p. 349).

Vygotsky (1896-1934), ao definir, em *Pensamento e linguagem* (1934, 1993), que “a palavra é um microcosmo da consciência humana”, compreende a magnitude que a palavra, a linguagem assume numa sociedade de liberdade e de autonomia, ao passo que Orwell define como um dos mais perigosos crimes num sistema autoritário, o pensamento-crime que, em determinado momento, o protagonista escreve: “o pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte” (*ibid.*, p. 40). Isto é, configura tal delito ser capaz de formular seus próprios pensamentos, sendo a Polícia das ideias o maior motivo de temor; é o Estado exercendo o monopólio legítimo da violência sobre a individualidade e a consciência humana, em termos

weberianos. Ou melhor, é estruturado o monopólio da violência simbólica legítima, isto é, o poder de impor e inculcar “instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.” (BOURDIEU, 2006, p. 12).

Outra área de subversão da linguagem está na significação das palavras de instituições-chaves do governo, instituições estas que são a representação prática da mediação entre as ideias e os interesses da ideologia dominante do Partido, tais como o Ministério da Verdade, responsável por notícias, entretenimento, educação e belas-artes; o Ministério da Paz, responsável pela guerra; o Ministério do Amor, responsável pela lei e a ordem; o Ministério da Pujança, responsável pelas questões econômicas, slogans paradoxais como “guerra é paz”, “liberdade é escravidão” e “ignorância é força”. A corrupção dos significados é um projeto político-social, visto que, desprovidos de seu sentido original, é facilmente aceito e incorporado no cotidiano, internalizado nas práticas de controle. É evidente que em uma sociedade como tal não se pode relacionar termos como educação, entretenimento, lei, ordem e pujança como é concebido atualmente, uma vez que, nesse cenário, todos os elementos servem de meios para o mesmo fim: o poder do Partido, o poder do Grande Irmão.

Em uma sociedade na qual a linguagem foi alterada para justificar um fim autoritário, tais termos, ressignificados e corrompidos, exercem uma função também corrompida. Ou seja, entre o sistema emissor-receptor, as funções linguísticas de referencial (contexto), poética (mensagem), fática (canal) e metalinguística (código) convertem-se em ferramentas que seguem apenas uma orientação e sentido – emissor → receptor, ou seja, Partido → membros do Partido –, sendo uma via de mão única que não permite o exercício de uma democracia, característica de modelos autoritários, como também se verifica no capitalismo, embora de forma camuflada e fetichizada. Impedido de pensar, o receptor, já num estágio de domínio social com um *habitus* internalizado e já esvaziado de memória, da qual os símbolos e significados antes utilizados já não existem, utiliza palavras ocas. “Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso em palavra permanece uma sombra” (VYGOTSKY, 1993, p. 131).

Dessa forma, o poder simbólico exercido pela linguagem, através da enunciação, detém o poder de

fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. (BOURDIEU, 2006, p. 14-15).

Assim, o poder simbólico, através da linguagem como meio – e do microcosmos das palavras –, se constitui enquanto relações sociais como relações de força, construindo relações de comunicação que possuem a capacidade de produzir efeitos reais na sociedade. Tais efeitos, tanto em relação ao interior como ao exterior do livro, e também na relação produzida na realidade a partir dele, ocorrem majoritariamente na política, por intermédio da coletividade.

A coletividade como instrumento de transformação social

A coletividade se mostra como o objeto de desejo para a transformação social. Ou seja, reconhece-se a importância da individualidade como não excludente da própria coletividade, mas como complementar. A vitória de um lado como de outro ocorre através da coletividade, visto que o ser humano é um ser sociável, ao passo que se compreende que a individualidade suprimida impede a associação coletiva – esta que se torna a força motriz das transformações sociais, pois é na sociedade civil que se encontra a representação da realidade social.

Do lado do Partido, torna-se evidente a intenção da formação de uma coletividade massificada e acéfala ao retirar dela a individualidade, uma massificação reificada. Lembrando que tal sociedade assume caráter mecânico que fetichiza a formação do autoritarismo. Do lado da resistência, sejam nos ideais de Goldstein ou nos formulados por Winston, à oposição é reconhecida que a

possibilidade de resistência estaria nos proletas, nos marginalizados socialmente, pois

se é que há esperança, escreveu Winston, a esperança está nos proletas [...] Se é que havia esperança, a esperança só podia estar nos proletas, porque só ali, naquelas massas desatendidas, naquele enxame de gente, oitenta e cinco por cento da população da Oceânia, havia possibilidade de que se gerasse a força capaz de destruir o Partido. (ORWELL, 2009, p. 88).

E ainda:

não era desejável que os proletas tivessem ideias políticas sólidas. Deles só se exigia um patriotismo primitivo, que podia ser invocado sempre que fosse necessário fazê-lo aceitar horários de trabalho mais longos ou rações mais reduzidas. (*ibid.*, p. 91).

“Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (*ibid.*, p. 291). O domínio da coletividade sob o campo da linguagem se encontra amalgamado em dois sentidos: no sentido da memória e do passado. Pois o passado é tudo

aquilo a respeito do que há coincidência entre registros e memórias. Considerando que o Partido mantém absoluto controle sobre todos os registros e sobre todas as mentes de seus membros, decorre que o passado é tudo aquilo que o Partido decide que ele seja (*ibid.*, p. 251).

Com o Partido controlando tanto os registros (o aspecto coletivo) quanto a individualidade das mentes, cria-se um passado legitimado, porém irreal, no qual a oposição que porventura possa vir a existir é acusada de pensamento-crime, sendo contida de forma eficaz através do efeito panóptico perpassado pelas teletelas e por cada indivíduo para com o outro, constituindo uma coletividade fragmentada, dominada e refém de si mesma. Criando a concepção de uma vigência legítima em virtude de uma tradição, da crença afetiva ou ainda pela legalidade na qual se acredita (WEBER, 1991, p. 22). Tudo pela hegemonia do Partido e pela internalização de seus efeitos práticos através da violência simbólica, uma vez que o panóptico tem seu princípio em uma distribuição de corpos, de superfícies, de olhares, na qual a relação é produzida através de uma aparelhagem interna, na qual os indivíduos se encontram presos. Quanto mais observadores anônimos, maior o risco de o prisioneiro ser surpreendido e a inquietação da consciência ser observada (FOUCAULT, 1997, p. 167). Na

obra de Orwell, o inquisidor pode ser desde uma criança espiã até a Polícia das Ideias.

Deste sistema de observação e intimação contínuo decorre a internalização de um *habitus* desprovido de autonomia, no qual qualquer um é suspeito, estruturando toda uma cultura sem linguagem suficiente que corresponda a uma capacidade de sair da lógica objetivamente criada pelo Partido. Num determinado diálogo, é revelada a obediência que tal lógica internaliza no indivíduo:

‘Você é culpado?’, perguntou Winston.

‘Claro que eu sou culpado!’, exclamou Parsons com um olhar servil para a teletela. ‘Você acha que o Partido iria prender um inocente?’ [...] Pensamento-crime é uma coisa horrível, velho [...] pode dominar você sem se dar conta. Sabe como ele me dominou? Enquanto eu dormia! [...] Aí comecei a falar dormindo (ORWELL, 2009, p. 275).

Segundo Max Weber (1864-1920), dominação é a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo; [...] disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem [...]” (1991, p. 33). Como nota-se, a extensão do poder do Grande Irmão – que não importa se possui corpo físico ou não, mas que é uma ideologia simbólica hegemônica – é tanta e tão autoritária que o próprio indivíduo aceita sua acusação mediante a ausência de autonomia, de pensamento ou capacidade de reflexão através de uma linguagem, se a presença de significados reais.

O efeito máximo do controle da memória e do passado, afetando tanto na visão individual como coletiva, reside no duplipensamento – um dos elementos de dominação utilizados, que consiste na capacidade de abrigar duas ideias, ou crenças, contraditórias e, ainda sim, acreditar em ambas. O fato de destaque é que o indivíduo do partido sabe em qual direção suas memórias precisam ser alteradas; ele sabe que está manipulando a realidade, porém se convence de que a realidade não está sendo alterada. Segundo o autor, é um processo autoconsciente e está no cerne do governo autoritário vigente, no caso o *Socing*. é a honestidade ao dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo em que acredita nelas; é esquecer fatos inconvenientes e depois, caso necessário e pelo período necessário, retirá-los do esquecimento

em determinadas circunstâncias; é, em um paradoxo, negar a realidade objetiva e reconhecer a realidade que se nega (ORWELL, 2009, p. 252).

Considerações finais

A alternativa que emerge como resistência reside no encontro de Winston e Julia, sendo dedicada, majoritariamente, a segunda seção do livro a este encontro. Em uma sociedade de ações e relações reificadas, baseadas na calculabilidade e no poder autoritário como fim, lutar contra a corrente é revolucionário. Baseando-se em que a guerra, tanto externa como interna – seja a destruição não necessariamente de vidas humanas, mas de produtos de trabalho humano que englobam, aqui, a dimensão da cultura, da linguagem, da educação e da ciência –, o ato de *amor* entre os dois personagens se configura na centelha de algo maior que ainda representa a humanidade. Assim, há o amor no nível microssocial, entre as personagens, e no nível macrossocial, na humanidade; há o amor pelo movimento e pela transformação, pela revolução.

Dessa forma, objetivando a manutenção do *status quo*, o Partido não busca a eliminação do outro – o que, segundo ele, seria rápido e incompleto –, mas sim sua reintegração na sociedade antes de morrer. O que fica claro quando um de seus representantes destaca que apenas matar seus adversários foi o erro de regimes anteriores. O processo de normatividade, a adesão total ao partido, que em Winston resiste por sua relação com Julia, busca unicamente, além da reificação do ser – se é que se pode dizer assim – o amor direcionado ao Grande Irmão, figura simbolicamente representada na ideologia dominante. “O único amor será o amor ao Grande Irmão. O único riso será o do triunfo sobre o inimigo derrotado. Não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos onipotentes, já não precisaremos da ciência” (ibid., p. 312). Em um diálogo entre os dois resistentes, eles concordam que “é verdade. Não conseguimos entrar em você. Se você conseguir sentir que vale a pena continuar humano, mesmo que isso não tenha a menor utilidade, você os venceu.” (ibid., p. 199).

O presente artigo não é uma resenha sobre *1984*, mas sim uma tentativa de compreender por que a obra, situada em determinado contexto social e histórico, é de grande importância e valor artístico –

algo que deve ter se tornado claro ao longo da redação – visto que o foco escolhido foi o campo da linguagem. E este é fundamental no processo de dominação de uma cultura, como também no processo revolucionário. A linguagem que o autoritarismo não comporta e visa a absorver é a linguagem humana, sendo representada de maneira mais explícita pelo amor. Pimlott diz ao fim do segundo apêndice:

O romance é, portanto, sobretudo subversivo, um protesto contra as artimanhas dos governos. É uma saraivada contra o autoritarismo sobre toda a individualidade, uma polêmica contra toda ortodoxia, uma rajada anarquista contra todo conformista incondicional. (ibid., p. 394).

Sendo o autor ou artista reconhecido como criador ou intérprete da e pela sociedade, “o destino da obra está ligado a esta circunstância; [...] ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas.” (CÂNDIDO, 2006, p. 35). Assim, Orwell é posicionado como intérprete e lança prospectivas sobre a sociedade na qual vive e sobre seus desenvolvimentos.

Embora com desfecho nada animador em termos prospectivos, o autor fez em sua narrativa um recorte certo, um protesto forte e um alerta. Thomas Pynchon encerra a seção no terceiro apêndice com a seguinte ideia: há uma fotografia tirada por volta de 1946 de Orwell e seu filho adotivo, na qual o garoto deve ter aproximadamente dois anos e está radiante. George também sorridente, mas não eufórico. Pynchon faz uma correlação entre a data de nascimento de Winston com o filho do autor, e diz: “não é difícil adivinhar que, em 1984, Orwell estava imaginando um futuro para a geração de seu filho – não um mundo que desejava para ele, mas um contra o qual queria alertá-lo” (ibid., p. 414). Encerram-se o apêndice e este artigo com a ideia do sorriso radiante do garoto que Orwell, “e talvez nós mesmos, por um instante que seja, jurando fazer tudo o que deve ser feito para mantê-lo livre de traição”, isto é, resistir contra o objetivo último do autoritarismo.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 8ª ed., 2015.

BOURDIEU, O Poder simbólico Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 2006.

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 9ª ed., 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 22ª reimpressão, 1997.

FROMM, Erich. Posfácio 1. In: ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

GOLDSTAIN, Philip. Orwell as a (Neo)conservative: The Reception of 1984. The Journal of the Midwest Modern Language Association, Winter, Vol. 33, No. 1, 2000.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUEZAN, Reinoldo. Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem. Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão, Santa Maria: Lapedoc, n. 37, 2000.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

ORWELL, George. The collected essays, journalism and letters of George Orwell. Londres: SECKER & WARBURG, Vol. 4, 1968.

PLIMLOTT, Ben. Posfácio 2. In: ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 14. ed. 2002.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo; Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; Matteuci, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

YVYOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

YVYOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.